

DECLARAÇÃO

Para o efeito, confirmo(amos) desde já, cumprir com os requisitos de acesso, de que tomei(ámos) antecipado conhecimento e de que depende a atribuição das Moratórias Gerais de Iniciativa Privada da Associação Portuguesa de Bancos, disponíveis no site institucional do Bankinter no seguinte endereço: www.bankinter.pt, e que confirmo(amos), pelos termos da Declaração anexa por mim(nós) subscrita, estarem integralmente verificados(**assinalar com x**):

- Devedor(es) de operações de crédito contratadas junto de uma Instituição aderente; e
- Que não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias do crédito em causa junto da Instituição, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018, e relativamente às quais não seja do conhecimento da Instituição que se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou que naquela data estejam já em execução junto da própria Instituição.

E, em alternativa,

(Deverá verificar-se, no mínimo, uma das situações a seguir descritas e assinalar com X todas as aplicáveis, podendo apenas ser preenchidas por um dos mutuários / elemento do agregado familiar)

Estar(em), ou qualquer elemento do seu agregado familiar estar, em situação de isolamento profilático ou de doença, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Prestar(em) assistência a filhos ou netos, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Ter(em) sido colocado(s) em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Estar(em) em situação de desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Ser(em) trabalhador(es) elegível(veis) para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redação atual: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Ser(em) trabalhador(es) de entidades cujo estabelecimento ou atividade foi objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência ou de situação de calamidade, por imposição legal ou administrativa determinada nesse âmbito:

Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

ou

Ter(em), de acordo com declaração do devedor, sofrido uma quebra temporária de rendimentos, de, pelo menos, 20% do rendimento global do respetivo agregado familiar em consequência da pandemia da doença COVID-19: Mutuário; Ambos os Mutuários; Elemento do Agregado Familiar (Nome: _____);

Caso opte por assinatura(s) manuscrita(s)

Assinatura Mutuário(s)

1.º Mutuário	2.º Mutuário

Caso opte pela assinatura digital

O presente documento será assinado via Assinatura Digital através de um parceiro de confiança (Multicert / Logalty).

Assinatura Mutuário(s)

1.º Mutuário	2.º Mutuário
(Assinatura digital / One Time Password através da plataforma MTrust da Multicert / Logalty)	(Assinatura digital / One Time Password através da plataforma MTrust da Multicert / Logalty)

Local _____, ____ de _____ de 2021